

Justiça Federal promove mobilização para advogados em Linhares no dia 6 de novembro

A Justiça Federal promoverá em Linhares, no dia 6 de novembro, mobilização para advogados em prol do cadastramento e do peticionamento eletrônicos, a exemplo do que foi feito no mês passado em Colatina e do que já ocorre periodicamente na capital capixaba.

Das 10 às 17 horas, haverá servidores de plantão na Vara Federal do município, para cadastrar advogados e tirar dúvidas sobre o peticionamento com uso das ferramentas digitais. Estão convidados a participar da mobilização todos os advogados que atuam nos municípios abrangidos pela Subseção Judiciária: Linhares, Aracruz, Ibirapu, João Neiva, Rio Bananal e Sooretama.

Para os advogados, o uso do peticionamento eletrônico traz inúmeras vantagens: é grátis, fácil, rápido, não precisa ter certificação digital, evita o trânsito e permite o envio das petições de qualquer lugar, via internet.

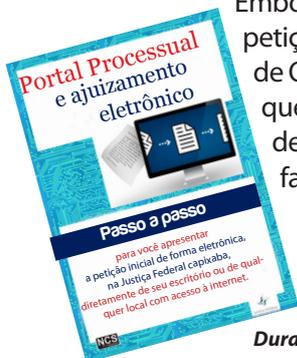
Embora o processo eletrônico tenha sido implantado na vara de Linhares em meados de 2010, o número de petições que ainda chegam em papel é grande. Por isso, o juiz federal da vara linharenses, Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, ressaltou a importância da divulgação do peticionamento eletrônico. "É um instrumento que trouxe agilidade aos processos e conforto para os advogados, já que as petições podem ser enviadas de qualquer computador e a qualquer hora. Nossa meta é conscientizar o máximo de advogados da facilidade e confiabilidade dessa nova tecnologia oferecida pela Justiça Federal", afirmou.

Na Justiça Federal, apenas os autos criminais não são processados eletronicamente. Atualmente, a Vara Federal de Linhares possui 4.245 processos em tramitação, sendo que 1.331 são eletrônicos. NCS/Com informações de Ana Cláudia Vianna (VF-Linhares)

Durante a mobilização, além do atendimento individual, serão distribuídas cartilhas de orientação aos advogados, que também podem ser consultadas pelo www.jfes.jus.br.



A Subseção de Linhares fica na Av. Nogueira da Gama, 988, Centro



CORAL DA JUSTIÇA FEDERAL SE APRESENTA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

A Subseção Judiciária cachoeirense realizou, no dia 5, confraternização pelo Dia do Servidor Público, dentro do projeto 'Mês do Servidor', da Justiça Federal do Espírito Santo.

Na presença da juíza federal Karina de Oliveira Silva, que exerce a titularidade da 1ª VF-CI, foram homenageados o juiz federal André Luiz Martins da Silva, titular da 2ª VF-CI, pelos seus 10 anos de dedicação à magistratura na Justiça Federal da 2ª Região, e os servidores Aloísio Manoel de Oliveira Dias (Secma/CI) e Roberto José Campos de Camargo Salles (2ª VF-CI), por 15 anos de efetivo exercício também na 2ª Região.

Em seguida, houve a participação especial do Coral da Justiça Federal, formado por servidores da sede da JFES, em Vitória, e familiares. De acordo com a supervisora do apoio administrativo em exercício, Jania Gomes de Souza Alves, "muitos servidores ficaram emocionados pelo encantamento da belíssima apresentação".



O coral da JFES é regido pela maestrina Hellem Pimentel.



Outubro Rosa

Mais uma ação da JFES em prol da campanha Outubro Rosa: após ter promovido, dentro da programação do Mês do Servidor, palestra de conscientização e incentivo aos servidores e terceirizados a usarem algum adorno na cor da campanha, a sede da Justiça Federal em Vitória ganhou iluminação especial rosa, simbolizando a luta contra o câncer de mama e estimulando a participação da população nas campanhas de prevenção e combate à doença.

XVI LEILÃO UNIFICADO: 2ª PRAÇA SERÁ NO DIA 23

A Justiça Federal do Espírito Santo realizou na terça-feira, 9 de outubro, a primeira praça do XIV Leilão Unificado, no auditório da sede do órgão, em Vitória.

A segunda praça do certame será no próximo dia 23, às 13 horas, no mesmo local. Será uma boa oportunidade de adquirir bens de diversas naturezas, por excelentes preços.

Dentre os bens a serem leiloados estão: imóveis diversos, inclusive uma cobertura na Praia da Costa e imóveis comerciais em Jardim Camburi, terrenos, veículos, retro-escavadeira, equipamentos de informática e ambulâncias. As listas completas de bens podem ser acessadas neste portal (www.jfes.jus.br), em "Transparência Pública" – "Leilões".



Mais informações, com os leiloeiros:

- Mauro Colodete - (27 ou 28) 9955 5000/ (28) 3542-3333 - mauro@colodeteleiloes.com.br - www.colodeteleiloes.com.br

- Hidirlene Duszeiko (27) 0800 707 9272 - atendimento@leiloesjudiciais.com.br - www.leiloesjudiciais.com.br

- Mauro Cesar Rocha – (27) 8116 8807/9982 8412/33375000 - mcesarrocha@terra.com.br

- Luiz Carlos Lessa Junior – (27) 33155148/99842976 - contato@vixleiloes.com.br - www.vixleiloes.com.br

ou ainda com o Núcleo de Apoio Judiciário:

(27) 3183 5073 ou (27) 3183 5162.



O auditório da JFES fica no térreo do prédio sede, localizado na Av. Mascarenhas de Moraes, nº 1 877, Monte Belo – Vitória, ES

Profissionais da Assistência Judiciária Gratuita devem ficar atentos aos prazos para atualização de dados



Considerando que o recesso forense se inicia em 20 de dezembro, o Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) da Justiça Federal alerta aos profissionais sobre a necessidade de atualizarem, no sistema da Assistência Judiciária Gratuita – AJG, os dados fiscais de 2012 (INSS e ISS), bem como os dados bancários ou quaisquer outros que necessitem de atualização, impreterivelmente, até o dia 14 de dezembro. Nesse mesmo prazo, também deve ser encaminhada ao NAJ a documentação relativa aos dados fiscais.

A partir do dia 17 de dezembro, o sistema entrará em manutenção, retornando apenas no início do próximo ano. Em caso de dúvidas, ligue 31835074/5073/5162.

BOAS PRÁTICAS GERENCIAIS



Dentro da programação em homenagem ao Dia do Servidor Público, comemorado no dia 28 de outubro, a Justiça Federal realizará o seminário “Boas Práticas Gerenciais”, no qual serão apresentados os projetos “Comunidade que Aprende” e “Gestão Processual Integrada”, pelos juízes federais William Douglas Resinente dos Santos e Luiz Norton Baptista de Mattos, ambos da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

O evento - que será realizado nos dias 16 e 17 de outubro, na sede da JFES em Vitória - é direcionado aos gestores da área judiciária do órgão (diretores de secretaria, oficiais de gabinete e supervisores das varas).

Visite a exposição “Aves do Espírito Santo” na sede da JFES

Vai até o dia 25 de outubro a exposição fotográfica “Aves do Espírito Santo”, promovida pelo Centro Cultural Justiça Federal/ES, no foyer da sede da Justiça Federal, em Vitória.

As fotos são do supervisor da Seção de Redes de Computadores da Seccional, Fabricio Vasconcelos Costa, que expõe as belezas que viu durante suas incursões pelo Estado, visitando as matas que ainda existem em solo capixaba. Segundo ele, “o trabalho visa despertar, pela beleza do que a natureza abriga, uma nova consciência ecológica e preservacionista”.

Em novembro, a exposição irá para a Reserva Natural da Vale, em Linhares.



Inscrições para concurso de juiz federal substituto do TRF2 começam às 10 horas do dia 27/10

Foi divulgado no dia 5, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, o edital para preenchimento de 58 vagas no cargo de juiz federal substituto nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As inscrições preliminares serão abertas às 10 horas do dia 27 de outubro de 2012. Os interessados deverão pagar a taxa de inscrição no valor de R\$ 160,00, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU).

A seleção contará com cinco etapas. Na primeira, o candidato será submetido a uma prova objetiva seletiva de caráter classificatório, na data provável de 13 de janeiro de 2013. Na segunda etapa, serão realizadas duas provas escritas – sentença cível e criminal e outras questões –, de caráter eliminatório e classificatório. A terceira etapa terá as seguintes fases: sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico. A prova oral será realizada na quarta etapa e, na quinta etapa, será feita a avaliação de títulos. A participação do candidato em cada etapa ocorrerá, necessariamente, após habilitação da etapa anterior.

A inscrição preliminar deverá ser efetuada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/trf2_12_juiz, entre 10 horas do dia 27 de outubro e 23h59min do dia 26 de novembro de 2012, observado o horário oficial de Brasília/DF.

MARCUS ABRAHAM É O MAIS NOVO INTEGRANTE DO TRF2*

Maria Helena Cisne, Marcus Abraham e a família do novo magistrado: a mãe, Clara, o sobrinho Guilherme, o pai, Herman, a irmã, Patrícia, e a noiva, Mariana Balaciano



A presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, empossou hoje, 10 de outubro, o mais novo componente da Corte. O procurador da Fazenda Nacional Marcus Abraham assume no Tribunal a vaga destinada ao quinto constitucional deixada por Francisco Pizzolante, falecido em 2009.

Marcus Abraham é professor de Direito Financeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde obteve o título de doutor em Direito Público, em 2005. O agora magistrado é também mestre em Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes (2000).

Na solenidade ocorrida no gabinete da Presidência e prestigiada por diversas autoridades e pela família do empossando, Maria Helena Cisne alertou o novo integrante da segunda instância do Judiciário Federal a estar preparado para sofrer muitas exigências. Ela afirmou que o juiz deve ter sabedoria para compreender o espírito das leis, coragem para enfrentar os eventuais descontentamentos das partes, bondade para identificar as esperanças e anseios por trás de cada processo, criatividade para descobrir formas de fa-

zer justiça, e imparcialidade, para decidir em conformidade com a lei e o direito sem se deixar influenciar por sentimentos e crenças pessoais: "Vossa Excelência pode ter certeza de que está sendo incorporado a um tribunal sério, formado por juízes dignos. Para nós, é uma honra recebê-lo. O senhor já provou reunir os méritos necessários, a técnica e o conhecimento para estar aqui".

Entre os que também discursaram na posse, o procurador regional da Procuradoria da Fazenda Nacional na Segunda Região, Agostinho do Nascimento Netto, onde Marcus Abraham atuou de 2004 até hoje, destacou a "excelência profissional e, sobretudo, a honestidade" do novo desembargador federal.

Agradecendo as palavras que lhe foram dirigidas, Marcus Abraham afirmou que a nomeação para o TRF2 representa uma grande conquista em sua trajetória, que não teria sido possível sem o apoio e a orientação da família e dos amigos. Ele ainda ressaltou que se empenhará por realizar seu trabalho "com seriedade, comprometimento e humanidade". **ACOS/TRF2**

INSCRIÇÕES PARA PALESTRAS PÚBLICAS DA JORNADA DE DIREITO COMERCIAL ESTÃO ABERTAS*

Estão abertas as inscrições para as palestras públicas da I Jornada de Direito Comercial, que podem ser efetuadas gratuitamente no site www.cjf.jus.br, no item "Serviços" – "Cursos e Eventos". O evento será realizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF), de 22 a 24 de outubro próximo, em Brasília (DF).

O primeiro painel público, no dia 22, às 9h, no auditório externo do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O painel será aberto pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do CJF, ministro Felix Fischer, pelo corregedor-geral da Justiça Federal e diretor do CEJ/CJF, ministro João Otávio de Noronha, e pelo ministro aposentado do STJ, Ruy Rosado de Aguiar Jr., coordenador científico do evento. Em seguida, palestrantes convidados dissertarão sobre o tema "O Direito Comercial na Jurisprudência do STJ". A outra palestra pública será proferida no dia 23, às 17h30, no auditório do CJF, pelo professor da Universidade Católica Portuguesa José Engrácia Antunes, sobre o tema "A Responsabilidade no Seio das Empresas Multinacionais".

A I Jornada de Direito Comercial tem a finalidade de analisar tópicos relevantes do Direito Comercial para adaptá-los às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, e contará, além das palestras públicas, com reuniões de quatro comissões de trabalho para discutir e submeter a aprovação 250 propostas de enunciados, que serão debatidos na plenária final.

O ministro Ruy Rosado de Aguiar Jr., que tem a experiência da coordenação de cinco edições das jornadas de Direito Civil, explica que a ideia de realizar uma jornada específica sobre a matéria comercial partiu do ministro João Otávio de Noronha. "O ministro Noronha entende que o Direito Comercial tem institutos muito próprios, que merecem estudo mais aprofundado". Para discutir os enunciados, serão formados os seguintes grupos de trabalho: "Obrigações empresariais contratos e títulos de crédito", sob a coordenação de Fábio Ulhoa Coelho, "Empresa e estabelecimento", sob coordenação de Alfredo de Assis Gonçalves Neto; "Direito Societário", sob coordenação de Ana Frazão, e "Crise da empresa: falência e recuperação", sob coordenação de Paulo Penalva Santos.

Segundo o ministro Noronha, a discussão sobre Direito Comercial é bastante oportuna, tendo em vista que, atualmente, está em debate no Congresso Nacional uma proposta de regulamentação da matéria. "Entendemos que é necessário pautar os juízes federais sobre questões pertinentes às empresas. Temos uma série assuntos que precisam ser discutidos no âmbito da Justiça Federal, como marcas e patentes, por exemplo. O conceito de empresa repercute sobre todos os âmbitos da sociedade e esse tema está vivo, em amplo debate no País", disse. A proposta de um novo Código Comercial (PL 1572/11) está em discussão na Câmara dos Deputados. *Assessoria de Comunicação Social do CJF



Via Legal mostra disputas entre profissionais e conselhos de classe*

Na edição desta semana, o programa Via Legal destaca uma polêmica que chegou aos tribunais no Rio de Janeiro. Grávidas reagiram à determinação do Conselho Regional de Medicina que proibiu profissionais ligados à entidade de acompanhar os chamados partos naturais. Por decisão da Justiça Federal, foi assegurado às mães, o direito de decidir se querem dar à luz em casa. A reportagem é de Denise Moraes.

Direto do Rio Grande do Sul, Nara Sarmento apresenta outra disputa por mercado de trabalho. Neste caso, um hospital público foi acusado de contratar profissionais inabilitados para fazer sessões de fisioterapia nos pacientes. A denúncia foi feita pelo órgão de classe dos fisioterapeutas e custou a condenação da unidade de saúde. A determinação tem o objetivo de garantir segurança a quem procura o serviço especializado.

Ainda sobre o tema profissões, tem uma decisão curiosa. O Conselho Regional de Enfermagem queria proibir um sex shop de usar imagens de mulheres vestidas como enfermeiras nas propagandas da empresa. Viviane Rosa explica o que a Justiça levou em conta para negar o pedido da entidade.

Juliano Domingues esteve no interior da Paraíba para mostrar um ponto turístico desconhecido de boa parte dos brasileiros: um sítio arqueológico que guarda vestígios da presença de dinossauros. O local estava sendo ameaçado pela realização de obras em duas rodovias próximas à reserva. Por ordem da Justiça, qualquer intervenção nas vias deve ser acompanhada de arqueólogos e paleontólogos.

O programa destaca ainda uma tentativa de se recuperar um complexo ferroviário que corta mais de 32 cidades da região centro-oeste. O serviço, que já foi o principal meio de transporte para moradores da região, hoje funciona de forma precária como constatou a repórter Erica Resende.



O Via Legal é exibido nas TVs Cultura, Justiça, Brasil, além de outras 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista também pela internet. www.vialegal.cjf.jus.br ou www.programavialegal.blogspot.com

Horários de Exibição

*Equipe Via Legal

TV CULTURA

13 de outubro - sábado 07h

TV JUSTIÇA

14 de outubro – domingo 12h
15 de outubro – segunda-feira 21h30

TV BRASIL

(Brasília – canal 02)

14 de outubro – domingo 6h

Ministro Joaquim Barbosa é eleito novo presidente do STF e do CNJ*



afirmou que “a Nação encontra-se em júbilo com a eleição do ministro Joaquim Barbosa”.

O ministro Joaquim Barbosa agradeceu aos colegas a confiança por elegê-lo presidente da Corte, demonstrando honra e satisfação em ser eleito. Mineiro de Paracatu, Joaquim Barbosa, 58 anos, exerceu vários cargos na Administração Pública Federal antes de ser nomeado ministro do STF pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Foi membro do Ministério Público Federal de 1984 a 2003; chefe da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, de 1985 a 1988; advogado do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), de 1979 a 1984; oficial de chancelaria do Ministério das Relações Exteriores, de 1976 a 1979, tendo servido na Embaixada do Brasil em Helsinque, Finlândia.

Vice-presidente - O ministro Ricardo Lewandowski foi eleito vice-presidente do STF, também por nove votos. Ele foi saudado pelo presidente da Corte, ministro Ayres Britto, que desejou pleno êxito na nova missão, lembrando de sua experiência como administrador judiciário – o ministro Lewandowski já presidiu o TSE e, atualmente, preside a Segunda Turma do STF. “Experiência que se somará, sem dúvida, à sua vivência de juiz desta Suprema Corte e do Tribunal de Justiça de São Paulo, somando-se ainda à biografia de cultor do Direito, escritor jurídico, professor universitário, mestre de tantas gerações, homem afeito às mais refinadas leituras. Vossa Excelência honra esta Casa pela sua inteligência fulgurante, pelo seu desassombro pessoal e no plano das ideias e, certamente, comporá com o ministro Joaquim Barbosa uma dupla de dirigentes à altura das melhores tradições do Supremo Tribunal Federal, na sua longa história de serviços prestados ao País e, mais de perto, ao Poder Judiciário brasileiro”, afirmou.

O ministro Lewandowski agradeceu “as generosíssimas palavras” e ressaltou que o STF está cumprindo “o sadio roteiro, o sadio princípio republicano de rotatividade daqueles que encabeçam os Poderes da nação”. Para ele, o momento que lhe coube para chegar à cúpula da Suprema Corte é “extremamente auspicioso para as instituições brasileiras, um momento histórico de grande maturidade política”. O ministro disse que o papel de vice-presidente não é o de protagonista, e sim de coadjuvante e colaborador. “Nesse sentido, o futuro presidente, ministro Joaquim Barbosa, poderá ter a certeza de que tudo farei para que tenha uma administração plena de êxito, como de fato merece e como o Brasil espera”. *Luiz Silveira/ Agência CNJ / Foto: Portal do CNJ

Em votação realizada no início da sessão plenária quarta-feira (10/10), o ministro Joaquim Barbosa foi eleito o novo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o ministro Ricardo Lewandowski, vice-presidente. O ministro Joaquim Barbosa recebeu nove dos 10 votos, assim como o vice. Por tradição da Corte, os eleitos não votam em si mesmos.

Coube ao decano do STF, ministro Celso de Mello, saudar o novo presidente do STF, desejando sucesso no desempenho de suas funções. Segundo informou o ministro decano, Joaquim Barbosa será o 55º presidente do Supremo Tribunal desde o Império, e o 44º desde a República, além de ser o nono mineiro a ocupar a presidência da Corte.

“Cumpru-se a tradição que tem prevalecido ao longo de muitas décadas nesta Corte Suprema e é importante destacar este momento, sob uma perspectiva histórico-institucional, porque se hoje o STF exerce o seu poder de autogoverno, elegendo entre os próprios membros o presidente da Corte, nem sempre foi assim”, disse o ministro. Durante o Império, cabia ao imperador nomear o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que exercia mandato de três anos. Com a República, consolidou-se o autogoverno no Poder Judiciário.

Em nome do Ministério Público, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, saudou o ministro Joaquim Barbosa, lembrando que, por 19 anos, ele integrou os quadros do MPF. “É, portanto, motivo de orgulho e de honra saudar Sua Excelência, desejando-lhe todo êxito, todo sucesso à frente da Suprema Corte”, afirmou. O advogado Roberto Caldas, eleito recentemente juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, saudou o novo presidente do STF em nome da classe. Caldas